

**Livro: Fabio Giambiagi, Armando Castelar - Alem da Euforia**

## ***Além da euforia***

Fabio Giambiagi e Armando Castelar

RJ: Campus-Elsevier, 2012

### **Contracapa para livro de Fabio Giambiagi e Armando Castelar**

O Brasil mudou nas últimas duas décadas. Ficaram para trás o pesadelo da inflação crônica, as crises do Balanço de Pagamentos, a dívida externa, a supervisão do FMI e os frustrados planos de estabilização. Essa época é parte do passado. Hoje, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelos países desenvolvidos desde a crise financeira de 2008, a economia brasileira parece ir bem. Os avanços são inegáveis: a inflação está contida, a arrecadação fiscal bate recorde, o investimento estrangeiro nunca foi tão alto, o desemprego é baixo e até a nossa lastimável distribuição de renda dá indícios de melhora.

Períodos de relativo sucesso econômico, como o desta primeira década do século, trazem riscos. Há sempre a tentação de postular o fim definitivo dos problemas e decretar a aurora de uma nova era onde todas as dificuldades teriam sido superadas. Embalados na euforia dos bons resultados, corre-se o risco de perder o senso crítico e de esquecer que a boa gestão da economia exige análise permanente, a avaliação dos pontos nevrálgicos e a antecipação dos gargalos. Assim como o bom desempenho atual é, em grande parte, resultado das reformas e das políticas postas em práticas na última década do século

passado, o desempenho da economia amanhã será determinado por medidas que estão sendo tomadas – ou deixando de serem tomadas - hoje.

"Além da euforia" percorre, ao longo de seus onze capítulos, as diversas áreas da economia brasileira onde, por trás dos resultados aparentemente exuberantes, existem sinais preocupantes. Problemas que, se não forem compreendidos e equacionados, podem levar à interrupção do ciclo de bons resultados, antes do imaginado.

Fabio Giambiagi e Armando Castelar têm profundo conhecimento da economia brasileira, acumulado ao longo de bem sucedidas carreiras no setor público e na Universidade. Foram capazes de apresentar de forma organizada e simples, sempre fundamentada em dados claros, um retrato lúcido dos desafios que temos pela frente. Por último, mas importantíssimo, escrevem de forma clara e acessível. A leitura deste livro, além de obrigatória para compreender o momento atual, é - coisa rara em economia - uma tarefa agradável.

André Lara Resende

### **“Orelha”**

As grandes mudanças na economia brasileira ocorreram em momentos de crise. Foi quando os governos tiveram que abandonar a inércia em favor da racionalidade, ainda que às custas de danos à sua popularidade. Parece contrário à natureza humana dedicar-se à solução de problemas quando se vivem tempos de bonança. Dos anos 1980 para cá foram tantas as crises – a superinflação, o desemprego, os

colapsos do Balanço de Pagamentos, a moratória da dívida externa - que soa legítimo desfrutar de um período tão singular da história econômica do país como o atual. A sensação de bem-estar ofusca, porém, a percepção de que nem tudo está pronto para o país ter um crescimento sustentável por muitos anos.

Neste livro, o leitor poderá avaliar os problemas ainda presentes que precisam ser resolvidos para que o desenvolvimento nos últimos anos não seja uma mera euforia, mas um processo duradouro de encontro com o futuro.

É senso comum que o Estado cobra uma carga tributária excessiva e gasta mal o dinheiro do contribuinte. Basta ver que os recursos destinados à educação pública dobraram desde 1980 e hoje somam 5% do PIB – o mesmo que a média dos países da OCDE e mais do que México, Chile, Coreia ou a Alemanha. Isso, no entanto, não se traduziu em benefícios para o aprendizado dos alunos. Além disso, boa parte da infraestrutura que abastece o país foi herdada do tempo dos militares.

Estima-se que até 2050 a população acima de 60 anos será multiplicada por um fator da ordem de 3,5 e não se notam sinais de preocupação com as consequências do envelhecimento demográfico e do encolhimento da população economicamente ativa.

Sem negar o muito que se avançou nos governos mais recentes, Giambiagi e Castelar fazem, num texto de agradável leitura, uma radiografia do que ainda falta para o país estar preparado para enfrentar os maus momentos inerentes aos ciclos econômicos. Isso significa, dentre várias tarefas, prover as

# crianças de uma boa educação, modernizar a infraestrutura e impor eficiência ao gasto público.

## Claudia Safatle

**Fabio Giambiagi**

**Além da euforia (I) – Valor 24/5**

Acabo de lançar, com Armando Castelar Pinheiro, o livro "Além da euforia" (Editora Campus). O livro faz uma análise da economia brasileira nos últimos anos, destacando a natureza excepcional de um conjunto de circunstâncias positivas que beneficiaram o país, mas apontando para uma série de deficiências do nosso modelo de desenvolvimento. Começo hoje uma série de cinco artigos tratando das principais ideias do livro. Ele trata dos elementos que tendem a prejudicar a perspectiva de um maior dinamismo futuro da nossa economia, elementos esses que, na euforia consumista dos últimos tempos, os brasileiros tendemos a ignorar.

Aqueles que acompanham as colunas que escrevi no Valor nos últimos anos talvez se sintam confusos pelo que pode parecer, numa primeira impressão, como manifestações de expressões contraditórias por parte do mesmo autor. De fato, nos últimos 10 anos ajudei a organizar vários livros e, em mais de um deles havia uma imagem positiva do país. Como é possível - pode indagar o leitor - transmitir uma visão positiva e crítica ao mesmo tempo? Na verdade, ambas atitudes se justificam e a coexistência entre essas visões se explica com base na velha imagem do copo "cheio pela metade e vazio pela metade". Os avanços do Brasil ao longo dos últimos 25 anos a 30 anos foram muito grandes - e, em alguns casos, acentuados depois de 2003.

De forma genérica, pode-se dizer que o país se assumiu como uma democracia complexa; modernizou o parque produtivo em relação ao seu estado nos anos 80; estabilizou a economia; mudou o regime fiscal em relação à desordem que imperou durante décadas; melhorou a distribuição de renda; diminuiu o número de pessoas miseráveis; reduziu a taxa de desemprego; acumulou reservas internacionais; etc. Os méritos disso foram compartilhados por vários governos: originalmente, Sarney comandou a transição política nos anos 80; a gestão Collor deu uma "virada de leme" na orientação da economia no começo dos anos 90; com Itamar Franco tivemos o Plano Real; FHC liderou reformas fundamentais que mudaram a economia do país depois de 1994; e no governo Lula todos os indicadores econômicos e sociais melhoraram de forma inequívoca na

última década.

Não obstante isso, persiste entre um grupo de analistas - entre os quais, modestamente, me incluo - a percepção de que o Brasil não aproveitou plenamente uma "combinação zodiacal" inédita para dar passos mais avançados rumo ao desenvolvimento. Em particular, essa visão, que o livro escrito com Castelar tenta condensar, sustenta que parte dos êxitos na primeira década do atual século - e, em particular, nos últimos anos - se apoiou no comportamento atípico de algumas variáveis-chave da economia internacional - notadamente os preços das "commodities" e as taxas de juros - e que se estas sofrerem uma reversão no futuro, o país não terá se preparado devidamente para encarar um cenário hostil.

A abordagem crítica se baseia em quatro pontos:

- 1) a taxa de investimento da economia brasileira continua sendo baixa, como expressão de uma poupança doméstica inferior à que prevalecia em 1994 e que, depois de algumas oscilações e de aumentar entre 1999 e 2004, voltou a cair entre 2004 e 2011;
- 2) os níveis de educação da população brasileira, em média e mesmo entre os mais jovens, são constrangedoramente baixos para poder aspirar a taxas maiores de crescimento, em um mundo cada vez mais competitivo;
- 3) a situação do balanço de pagamentos - base da reviravolta favorável da situação do setor externo do país na primeira metade da primeira década do século - dá sinais de reversão, apenas mitigados até 2011 por termos de troca exuberantes;
- 4) a demografia, que no Brasil até aqui tem sido uma aliada do crescimento, passará gradualmente a se tornar um entrave para uma maior expansão, devido à combinação de menor crescimento da População Economicamente Ativa e maior incremento da população idosa - na bonança, estamos sacando contra o futuro.

O resultado disso é uma economia que tem crescido se aproveitando dos bons ventos da economia internacional e da existência, no começo desse ciclo, em 2003, de um "exército de trabalhadores de reserva" então desempregados, estoque esse que gradualmente foi sendo esgotado pelo próprio processo de expansão.

A chave para entender as limitações desse processo está na frase de um analista estrangeiro (Gray Newman) acerca da América Latina, numa das epígrafes do livro: "O risco é esquecer o desafio colocado para os "policy makers": o de aproveitar os atuais fluxos de capitais para construir melhores condições para o crescimento sustentável. Poucas coisas foram mais prejudiciais para a região que o excesso de confiança em fluxos transitórios".

A frase é de 2005 e 7 anos depois os fluxos ainda se mantêm, mas o alerta é mais válido do que nunca. Convidamos o leitor interessado a compartilhar nossa reflexão e nossas dúvidas. Aprofundarei esses temas nos meus próximos quatro artigos.

Fabio Giambiagi, economista, co-organizador do livro "Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2010" (Editora Campus).

## **Depois da euforia (II): produtividade fraca - FABIO GIAMBIAGI**

### **Valor Econômico - 13/06**

Continuo hoje a série de cinco artigos acerca do meu livro com Armando Castelar ("Além da euforia", Editora Campus). O livro trata do "lado escuro da Lua" da nossa realidade: os problemas, a rigor, conhecidos por todos, mas que insistimos em não levar em consideração. Após um primeiro artigo geral, o tema em questão hoje é a nossa baixa produtividade.

A economia brasileira está ingressando em mares nunca dantes navegados: o da escassez de mão de obra. Em épocas antigas, a necessidade de braços (e mentes) era abastecida pelo movimento demográfico do país. Entre 1950 e 1960, a população brasileira cresceu a uma taxa de 3% ao ano, taxa que se manteve elevada por um par de décadas. Além disso, o Brasil dinâmico era o da indústria em expansão e a migração campo-cidade assegurava fluxos de trabalhadores aos borbotões. Como se não bastasse, a expansão da participação das mulheres no mercado fazia com que a taxa de variação do número de pessoas dispostas a trabalhar fosse maior que a do número de pessoas em idade de trabalhar.

Quando comecei a estudar economia, em 1980, logo tivemos a crise recessiva de 1981/1983 e a economia entrou em colapso. O investimento despencou e o desemprego em massa tornou-se um fantasma que assolou toda uma geração. No Brasil no qual se formou o grupo dos economistas "cinquentões" a que pertença, o grande entrave ao crescimento era a escassez ora de demanda - quase sempre - ora de capital, nas (raras) ocasiões em que o produto potencial não conseguia "dar conta do recado", como nos "minibooms" do Plano Cruzado (1986), do Plano Real (1994/1995) ou, episodicamente, em alguns momentos de 2005, 2008 ou 2010, quando o governo tinha que subir os juros para esfriar a economia. Falta de mão de obra, porém, era um não problema, uma categoria analítica que não frequentava nossa realidade - nem nos meus anos de faculdade do começo dos 80, nem nos 30 anos seguintes.

Agora, porém, as coisas estão mudando (ver tabela). As estatísticas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) sofreram uma descontinuidade

em 2002 e, portanto, o primeiro ano para o qual é possível definir uma média anual é 2003. Entre aquele ano e 2010, as taxas de variação média anual das variáveis População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada (PO) e população desempregada foram de 1,6%, 2,5% e menos 6,8% (taxa negativa), respectivamente. Nesse mesmo período, a taxa de variação média da população de 15 a 64 anos foi também de 1,6% ao ano, similar à da PEA.

A economia brasileira está ingressando em mares nunca dantes navegados: o da escassez de mão de obra

Em 2011, a PEA e a população de 15 a 64 anos aumentaram 1,2% e 1,3%, respectivamente, a PO cresceu 2,1% e o número de desempregados diminuiu 10,4%. A taxa de desemprego média do Brasil está perto do piso. Talvez possa cair mais um pouco, mas quando chegar a algo em torno de 5%, não haverá novos desempregados para serem absorvidos estruturalmente. O emprego no passado recente não foi limitado pela PEA, que nos últimos cinco anos cresceu 1,5% ao ano e, por isso, foi possível que ele pudesse crescer a taxas elevadas. Já nos próximos anos, em contraste com essa realidade, a variável passará a ser limitada pela PEA, ao mesmo tempo em que esta irá a caminho de crescer apenas 1% ao ano daqui a alguns anos.

O que isso significa? Para entender a plena dimensão do desafio, olhemos com cuidado a última coluna da tabela. Ela compara o crescimento do PIB com o da população empregada, medida pela PME. Sei que são universos diferentes e que a PO abrange apenas as regiões metropolitanas, mas o indicador dá uma ideia do que ocorre no mundo real. E o que aconteceu é simples de entender: a produtividade não teve nenhum desempenho exuberante. Nos próximos anos, a não ser que a eficiência da economia dê um salto, se combinarmos a expansão do produto por homem ocupado no ciclo do crescimento do PIB de 2003/2011 (menos de 2%), com a taxa de crescimento da PEA - e da PO - rumo à qual estamos migrando (em torno de 1%), o problema não é que será difícil crescer a pelo menos 5%, como com grande dose de voluntarismo se postula em alguns círculos, mas sim que o Brasil terá problemas até para crescer 4%!

Carlos Díaz Alejandro publicou em meados dos anos 80 um artigo muito comentado na época, chamado "Good-bye financial repression, hello financial crash". Parodiando Alejandro podemos dizer hoje "Adeus, economia da escassez de demanda; bom dia, economia da escassez de mão de obra". O keynesianismo do "pau na máquina" e da demanda "na veia" terá que ceder espaço ao mundo muito mais sofisticado do aumento da produtividade. Para o Brasil, será o fim da vida fácil e a hora de mostrar o seu valor.

Postado por [MURILO](#) às 10:23 

quinta-feira, 12 de julho de 2012

## Depois da euforia (III): poupança escassa

Autor: [Fabio Giambiagi](#)

Este é o terceiro de cinco artigos sobre meu livro com Armando Castelar Pinheiro ("Além da euforia", Editora Campus). Depois de um primeiro artigo geral e de outro sobre a produtividade, hoje irei tratar da nossa baixa poupança doméstica. Na discussão sobre o papel do Estado, que ressurgiu com força no Brasil na crise de 2008/2009, os defensores de uma maior participação do governo têm utilizado o argumento que, em circunstâncias em que o setor privado hesita em investir, o investimento público – ou financiado com recursos públicos – teria um papel fundamental para o aumento do investimento. Há, porém, uma questão que não tem sido levada devidamente em conta. O problema que existe para o aumento do investimento não é se ele será feito pelo setor público ou pelo setor privado e sim como se ganha espaço para isso na composição da demanda agregada. Não adianta pretender que a Petrobras gaste mais no pré-sal, que a União dote o país de aeroportos decentes para a Copa de 2014 ou que os Estados pavimentem mais estradas, se não forem tomadas medidas para conter o ritmo de expansão do consumo, caso a economia opere perto da plena carga.

É preciso entender que um dos problemas críticos a serem enfrentados pela economia brasileira chama-se: "escassez de poupança"

É interessante olhar as duas tabelas deste artigo. Uma delas mostra a igualdade entre a Formação Bruta de Capital (FBK) e a poupança e a decomposição desta entre a poupança doméstica e a externa, sendo que esta última é a soma da renda líquida enviada ao exterior (RLEE) com o déficit de transações das contas de bens e serviços com o exterior. A outra tabela apresenta as taxas de variação reais médias dos componentes da demanda agregada em períodos específicos: 1) os primeiros anos do Plano Real; 2) os anos de ajuste do governo FHC e, já no governo Lula, da ortodoxia de Antonio Palocci; e 3) o pós-2004.

As duas tabelas conjuntamente contam uma história em três capítulos: 1) deterioração da poupança doméstica nos primeiros anos



do Plano Real, com piora da situação externa; 2) ajuste de 1999 a 2004, revertendo tais processos com contenção do consumo, aumento da poupança doméstica e notável mudança do resultado das transações correntes com o exterior; e 3) nova inflexão depois de 2004, com maior consumo, redução da poupança doméstica e piora das contas externas. O "novo modelo de desenvolvimento" que sucedeu ao fim da era Palocci nada mais foi do que o velho modelo de crescer com poupança externa.

A discussão em torno do papel do Estado ignora tais questões. Pode até fazer sentido conduzir a Petrobras em ritmo de "pau na máquina" ou "turbinar" as instituições financeiras oficiais para alavancar seus empréstimos. O que não faz sentido é fazer isso, ao mesmo tempo em que o crédito continua crescendo bastante e se adotam regras generosas de aumento do salário mínimo – mecanismos que reforçam o crescimento do consumo – e depois reclamar que a conta corrente está com um déficit muito alto! É preciso entender que um dos problemas críticos a serem enfrentados pela economia brasileira para poder crescer mais chama-se: "escassez de poupança".

Até agora, depois de 2004, foi possível implementar uma política que "driblou" qualquer tentativa de fazer escolhas, uma vez que tanto o consumo como o investimento aumentaram a taxas vigorosas, ao mesmo tempo em que o país exibia indicadores externos confortáveis e inflação baixa. Isso ocorreu, porém, partindo de uma situação muito peculiar, quando no começo dessa história de sucesso havia grande capacidade ociosa e superávit em conta corrente, com muita "gordura" para queimar. Entretanto, se o Brasil continuar exibindo um descompasso entre o crescimento da absorção doméstica e do PIB e tendo, como corolário disso, um aumento do "quantum" de importações significativamente superior ao das exportações, haja pré-sal para equacionar esse desequilíbrio na segunda metade da década!

O livro será lançado hoje, 11 de julho, em São Paulo, na Livraria Cultura, Av. Paulista 2073 (Conjunto Nacional).

Fonte: Valor Econômico

#### **Depois da euforia (IV): educação**

**Autor(es): Fabio Giambiagi**

**Valor Econômico - 08/08/2012**

Este é o quarto artigo acerca do meu livro com Armando Castelar ("Além da euforia", Ed. Campus) referente aos problemas da nossa realidade e que serão um obstáculo para a continuidade do crescimento. Depois de um primeiro texto geral, os artigos posteriores trataram da nossa baixa produtividade e da poupança doméstica e hoje iremos abordar o tema da educação. O

desenvolvimento sustentável, para além da "etapa fácil" da ocupação de capacidade ociosa e da redução da taxa de desemprego, se constrói sobre alicerces que, no Brasil, deixam a desejar - realidade essa que, se não for modificada, irá conspirar contra nosso êxito no longo prazo.

O capítulo sobre educação foi escrito por Marcio Gold Firmo, cujas informações acerca do tema são aqui sintetizadas. A tabela é um bom indicador para medir nosso atraso relativo. É verdade que entre 2000 e 2010 o número de anos médios de escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil aumentou 1,1 ano. Ocorre que:

i) na década anterior, tinha aumentado 1,9 anos;

ii) na primeira década deste século, a escolaridade média se elevou também 1,1 ano nos países selecionados da periferia europeia e nos "tigres" asiáticos e em 0,9 anos nos maiores países da América Latina exceto Brasil; e

iii) no conjunto de países da tabela, em 2010 o Brasil fica muito atrás em qualquer comparação feita.

Estamos mal na foto - e o filme não chega a ser animador. O Brasil evoluiu, mas o resto do mundo também. Consequentemente, nosso atraso relativo permanece. Uma realidade similar se observa em diversos indicadores. Na nota de matemática do Programme for International Student Assessment (Pisa), hoje o melhor "termômetro" comparativo da qualidade da educação em diversos países, mesmo considerando o avanço recente, ficamos atrás não apenas dos países desenvolvidos, mas também de países como Argentina, México, Chile, Uruguai e também atrás de Rússia, Sérvia, Turquia e Cazaquistão. No mesmo PISA, em 2009, o percentual de alunos com desempenho abaixo do adequado em matemática foi de 8% na Coreia do Sul, 22% na média dos países da OCDE, 23% nos EUA, 30% na Grécia, 42% na Turquia e constrangedores 69% no Brasil. Nos exames do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o percentual de alunos com desempenho em Matemática considerado adequado à sua série já é baixo no 5º ano do Ensino Fundamental (apenas 33%) e cai ainda mais, para apenas 15%, no 9º ano e para 11% no 3º ano do Ensino Médio.

Alguém poderia alegar que o problema é de escassez de verbas. Essa é uma questão controversa, mas objetivamente: a) o gasto em educação no Brasil passou de 3,9% para 5% do PIB entre os anos de 2000 e 2010; e b) neste último ano, o gasto em educação no Brasil como fração do PIB, pelos dados da OCDE, era maior do que nos EUA e do que a média da OCDE, além de ser também superior ao de

Polônia, Holanda, Canadá, Espanha, Coreia do Sul, Alemanha, Austrália, Chile e Japão.

País prioriza o ensino direcionado à formação do cidadão, ao invés de ensinar matemática e português

Parte do nosso atraso vem de longa data e resulta da opção que as elites dirigentes fizeram há décadas ao adotar um modelo fortemente concentrador de renda e com escassas preocupações com a melhora de oportunidades para os filhos das famílias mais humildes, através da priorização da educação. A Coreia do Sul fez exatamente o contrário a partir dos anos 50, com resultados espetaculares.

Parte do problema, porém, deriva de escolhas recentes, como aquelas associadas a certo tipo de ensino voltado para a formação do cidadão, em oposição à priorização do aprendizado de matemática e português. Sem uma base forte nessas disciplinas, é impossível esperar que o aluno tenha um bom desempenho nas demais. Cabe destacar, como um bom sinal, o empenho do setor privado e da academia em favor do avanço da avaliação da eficácia de diferentes tipos de intervenções educacionais, a despeito da resistência de parte do setor de educação pública. É imperativo que os governos assumam o papel de multiplicadores das experiências inovadoras de sucesso.

Na educação, o Brasil tem hoje uma atitude oposta à que assume no futebol, no qual o segundo lugar é visto como uma derrota. Comparativamente, a autocongratulação em relação aos resultados educacionais de nossas crianças e jovens é de uma complacência inadmissível. Aspirar a um crescimento sustentável de 5% ao ano, desse jeito, é apenas um sonho.

**"De fusquinha no mundo da Fórmula 1" - FERNANDO ROCHA**

### **Valor Econômico - 12/07**

O Brasil sempre contou com mão de obra abundante e barata. Isso não é mais verdade. A população brasileira vem passando por uma notável mudança de padrão demográfico. O crescimento da população economicamente ativa é de apenas 1,3% ao ano, atualmente, quando era de 2,3% na década de 90. Entre 2020 e

2030, será zero. A taxa de crescimento da economia é uma função do crescimento da população ocupada, do estoque de capital e da produtividade. Se a população ocupada vai ficar estável, dependeremos do investimento e da produtividade para crescer. Não existe outro caminho.

Para aumentar a produtividade é preciso educar a população. O título deste artigo vem do excelente livro "Além da Euforia: Riscos e Lacunas do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", de Fabio Giambiagi e Armando Castelar. O autor do capítulo que leva esse título, Marcio Gold Firmo, faz um diagnóstico detalhado da educação brasileira. A taxa de escolaridade média da população economicamente ativa brasileira é muito baixa, de 7,5 anos, ficando acima apenas da África subsaariana e dos países pobres do sul da Ásia. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, o investimento público em educação não é baixo, fica acima da média da OCDE em percentagem do PIB. A conclusão é que esse investimento é mal feito e ineficiente.

O percentual de alunos do 3º ano do ensino médio com notas consideradas adequadas à sua série é de apenas 11%, sendo de 6% na rede pública. O Brasil fica muito mal no ranking de notas médias obtidas na pesquisa PISA conduzida pela OCDE em vários países. A pesquisa indica que o percentual de notas abaixo do mínimo em matemática, leitura e ciências é de 69%, 50% e 54%, respectivamente. Só para citar um exemplo, a Coreia do Sul tem 8%, 6% e 6% na mesma base de comparação.

Estamos fazendo algum progresso, mas muito lentamente. O progresso é visível quando se compara a escolaridade por faixa etária. Entre 25 e 34 anos, 53% da população tem educação secundária. Na faixa de 55 a 64 anos, esse percentual cai para 25%. O país conseguiu avançar ao diminuir o analfabetismo e aumentar a escolaridade, mas a qualidade do ensino está sendo insuficiente, particularmente se levarmos em conta que o trabalhador brasileiro tem que competir com trabalhadores educados e treinados em outros países do mundo, onde a qualidade do ensino é bem melhor. Levando em conta a velocidade em que o Brasil progrediu na última década, levaríamos 50 anos para atingir a média da OCDE em matemática. O que fazer diante desse desafio?

O problema fundamental parece ser de gestão. Melhorar a qualidade do ensino demanda dirigentes escolares e professores mais bem preparados e remunerados, instalações melhores e políticas complementares que envolvem a família no caso da população de baixa renda. Sem querer esgotar o assunto, seguem algumas sugestões: (i) vincular programas de renda mínima à permanência dos filhos na escola, com controle periódico, (ii) aumentar a ênfase

do ensino médio em formação técnica profissional, (iii) introduzir sistemas de aferição da qualidade e criar incentivos financeiros para escolas e professores com bom desempenho.

A ênfase deve ser dada ao ensino fundamental e médio de qualidade e com formação técnica, pois a maioria dos postos de trabalho requer esse tipo de formação. No ensino superior, a iniciativa do FIES merece destaque. A ideia é financiar o aluno para que ele se matricule e curse o sistema privado de ensino. Essa é uma solução inventiva que pode poupar bilhões de reais direcionados ao ensino superior público e redirecioná-los ao ensino básico e fundamental. Através de financiamento, o aluno, mais bem preparado nas etapas anteriores, teria condição de cuidar da sua própria educação superior, liberando recursos públicos para serem concentrados nas universidades de ponta, que visam também o desenvolvimento em ciência e tecnologia.

Concluindo, precisamos atacar o problema da educação no Brasil com urgência, sob pena de continuarmos nos debatendo com uma taxa de crescimento medíocre.